

2.12. Provisões

Uma provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis ou de outra natureza é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada "constructive obligation" como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são constituídas para perdas consideradas prováveis pela Companhia e por seus assessores legais, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a administração da Companhia. Quando relevante, as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o plano de participação nos lucros para os funcionários, o qual está baseado em metas globais e individuais.

2.14. Reconhecimento da receita

O CPC 47 substitui o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. As receitas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas atividades de veiculação de publicidade e produção de comercial. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrito a seguir:

- A Companhia efetuou a veiculação das publicidades e a entrega dos serviços.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

As permutas de veiculação de anúncios por serviços tem seu valor de receita e despesas reconhecidas a valor de mercado.

(a) Prestação de serviços

A receita bruta inclui a comercialização de anúncios negociados localmente e aqueles negociados pela TV Globo em nome da Companhia para a circulação regional. O custo dos serviços prestados inclui participações nas receitas devidas à TV Globo de acordo com as cláusulas estabelecidas na Convenção Comercial. Conforme definido na Convenção Comercial o custo de programação é composto por um percentual da receita bruta e é reconhecido mensalmente no custo do serviço prestado.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou Diretoria.

2.16. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia revisa periodicamente a vida útil do seu ativo imobilizado. Esta revisão depende de análises técnicas, sobre o estado dos bens, obsolescência e padrão de uso, as quais estão sujeitas a julgamento. A Companhia utiliza profissionais do seu quadro de funcionários com conhecimento técnico considerado suficiente para fazer estas análises e determinar a vida útil mais adequada.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

Novas normas são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 e foram adotadas pela Companhia:

- CPC 47 Receita de contratos com clientes
- A Companhia adotou o novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção desta norma não apresentou impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia.
- CPC 48 Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data de adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante na contabilização de contas a receber e empréstimos.

A Companhia entende que o seu modelo atual para avaliação de *impairment* de ativos financeiros e ativos contratuais, é adequado para refletir perdas esperadas na realização dos seus ativos. Dessa forma, não houve impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia.

Novos pronunciamentos a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019

Novas normas ou alterações de normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia realizará durante o exercício de 2019 a avaliação dos impactos desta nova norma nas suas demonstrações financeiras.

Não haverá impacto tributário pela alteração da contabilização dos contratos de aluguel (arrendamento mercantil), face a legislação em vigor prever a dedutibilidade para fins de apuração do IRPJ e CSLL e créditos de PIS e COFINS com base nas contraprestações pagas durante a vigência do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa - fundo fixo	51	51
Bancos - contas-correntes	955	2.299
Aplicações financeiras (i)	65.660	76.937
	66.666	79.287

(i) As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários e aplicações financeiras em fundos DI de renda fixa são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários (CDI), com taxa anual de remuneração de 82,47% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
Publicidade	30.619	28.455
Permutas	1.627	1.375
Outros	1.577	1.198
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.322)	(2.325)
	31.501	28.703

O prazo médio de recebimento é de 32 dias.

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2018	2017
A vencer	30.788	27.359
Vencidos até 30 dias	540	309
Vencidos de 31 até 60 dias	75	1.021
Vencidos de 61 até 90 dias	12	14
Vencidos de 91 a 180 dias	52	33
Vencidos acima de 181 dias	2.356	2.292
	33.823	31.028

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

O cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseado no modelo de perdas de crédito esperadas para eventual cobertura de perdas na realização das contas a receber, considerando a situação do perfil da carteira de clientes. A carteira de clientes é avaliada no sentido de identificar operações que possam trazer riscos de perda esperada, conforme conceito apresentado no CPC 48 para a Companhia.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2016	(2.276)
Complemento de provisão	(49)
Em 31 de dezembro de 2017	(2.325)
Reversão de provisão	3
Em 31 de dezembro de 2018	(2.322)

6. PARTES RELACIONADAS

	2018	2017
Contas a receber (circulante)		
TV Cultura de Maringá Ltda.	744	478
TV Oeste do Paraná Ltda.	767	506
Editora Gazeta do Povo S.A.	673	621
TV Esplanada do Paraná Ltda.	500	315
TV Cataratas Ltda.	402	271
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	287	214
Rádio Intercontinental Ltda.	77	65
Editora o Estado do Paraná S.A.	103	57
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	33	29
Rádio Cultura de Marialva	13	15
Total	3.599	2.571

Contas a pagar (circulante)

Editora Gazeta do Povo S.A	59	88
TV Oeste do Paraná Ltda.	-	3
TV Cultura de Maringá Ltda.	3	19
TV Esplanada do Paraná Ltda.	3	4
TV Cataratas Ltda.	6	1
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	3	-
Total	74	115

	Recuperação de despesas (a)	
	2018	2017
Editora Gazeta do Povo S.A.	5.053	8.758
TV Oeste do Paraná Ltda.	3.695	4.272
TV Cultura de Maringá Ltda.	3.324	3.931
TV Esplanada do Paraná Ltda.	2.484	2.686
TV Cataratas Ltda.	2.104	2.307
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	1.509	1.901
Rádio Intercontinental Ltda.	818	579
Editora o Estado do Paraná SA.	1.019	818
Rádio Continental Ltda.	364	350
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	138	232
	20.508	25.834

a) As recuperações de despesas referem-se ao rateio de despesas do centro de custo compartilhado entre as empresas ligadas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e demais despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateadas mensalmente e liquidadas em no máximo quarenta e cinco dias. Para cada natureza de gasto existe um critério de rateio específico, sendo o valor base do rateio o montante de despesa incorrida. Do total de recuperação de despesas em 2018, R\$ 18.938 (R\$ 24.434 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a gastos compartilhados. Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM e não necessariamente a todas as empresas ligadas e que portanto estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.570 (R\$ 1.400 em 31 de dezembro de 2017).

Remuneração e benefícios da administração

A remuneração da administração é aprovada pelos acionistas da Companhia. O montante global da remuneração anual da diretoria ocorrido no exercício de 2018 foi de R\$ 3.081 (R\$ 2.886 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração da administração contempla os honorários e remunerações variáveis dos diretores, onde os benefícios são de curto prazo e os montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	2018	2017
Direitos de transmissão Campeonato Paranaense	6.408	5.147
Licenças de informática	352	366
Auditoria	81	123
Outros	250	327
	7.091	5.963

As despesas antecipadas serão apropriadas ao resultado do exercício durante o prazo estabelecido para as mesmas, obedecendo ao regime de competência.

8. IMOBILIZADO

	2018		2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	8.549	(3.240)	5.309	5.670
Instalações	9.020	(4.724)	4.296	5.095
Móveis	1.590	(1.114)	476	607
Equipamentos Telecom	58.217	(52.182)	6.035	9.836
Máquinas e equipamentos	3.488	(2.357)	1.131	1.299
Equipamentos de Informática	10.733	(9.219)	1.514	2.307
Imobilizado em Curso	204	-	204	22
Outros	3.698	(1.266)	2.432	2.172
Total	95.499	(74.102)	21.397	27.008

A movimentação do ativo imobilizado, segregada entre custo e depreciação acumulada, está demonstrada a seguir:

	Custo	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos Telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em Curso	Outros	Total
Saldo em 31/12/2016	8.548	8.767	1.609	56.364	3.406	11.062	58	3.303	93.117	
Adições	24	162	11	1.570	77	125	68	118	2.155	
Baixas	-	-	(2)	(323)	(3)	(170)	(104)	(100)	(702)	
Saldo em 31/12/2017	8.572	8.929	1.618	57.611	3.480	11.017	22	3.321	94.570	
Adições	-	91	27	1.098	51	218	204	383	2.072	
Baixas	(23)	-	(55)	(492)	(43)	(502)	(22)	(6)	(1.143)	
Saldo em 31/12/2018	8.549	9.020	1.590	58.217	3.488	10.733	204	3.698	95.499	

	Depreciação acumulada	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos Telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de Informática	Imobilizado em Curso	Outros	Total
Saldo em 31/12/2016	(2.563)	(2.959)	(864)	(40.941)	(1.962)	(7.400)	-	(1.046)	(57.735)	
Adições	(339)	(875)	(149)	(6.933)	(219)	(1.344)	-	(103)	(9.962)	
Baixas	-	-	2	99	-	34	-	-	135	
Saldo em 31/12/2017	(2.902)	(3.834)	(1.011)	(47.775)	(2.181)	(8.710)	-	(1.149)	(67.562)	
Adições	(338)	(890)	(127)	(4.745)	(213)	(985)	-	(117)	(7.415)	
Baixas	-	-	24	338	37	476	-	-	875	
Saldo em 31/12/2018	(3.240)	(4.724)	(1.114)	(52.182)	(2.357)	(9.219)	-	(1.266)	(74.102)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.670	5.095	607	9.836	1.299	2.307	22	2.172	27.008	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.309	4.296	476	6.035	1.131	1.514	204	2.432	21.397	

Em 2018 e 2017 a Companhia não possui bens cedidos em garantia de processos judiciais.

A administração anualmente realiza avaliação para *impairment* para os ativos e em 2018 e 2017 não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda.

Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear definidas com base na vida útil econômica dos ativos que foram aplicadas aos exercícios de 2018 e 2017, apresentada pela média ponderada.

	Taxa ponderada %	
	2018	2017
Edifícios	4%	4%
Instalações	10%	10%
Móveis	10%	10%
Equipamentos Telecom	7%	7%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Equipamentos de Informática	20%	20%
Outros	10%	10%

9. INTANGÍVEL

	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	22.111	(14.225)	7.886	11.349
Marcas e Patentes	146	-	146	146
Intangível em Curso	31	-	31	31
Total	22.288	(14.225)	8.063	11.526

Os softwares tem vida útil definida de 5 anos. A movimentação do ativo intangível, segregada entre custo e amortização acumulada, está demonstrada a seguir:

	Softwares	Marcas e Patentes	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31/12/2016	21.245	145	11	21.401
Adições	1.067	1	40	1.108
Baixa	(356)	-	(20)	(376)
Saldo em 31/12/2017	21.956	146	31	22.133
Adições	176	-	-	176
Baixa	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31/12/2018	22.111	146	31	22.288

	Softwares	Marcas e Patentes	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31/12/2016	(7.079)	-	-	(7.079)
Adição	(3.694)	-	-	(3.694)
Baixas	166	-	-	166
Saldo em 31/12/2017	(10.607)	-	-	(10.607)
Adição	(3.636)	-	-	(3.636)
Baixas	18	-	-	18
Saldo em 31/12/2018	(14.225)	-	-	(14.225)

Saldo em 31 de dezembro de 2017

	11.349	146	31	11.526
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.886	146	31	8.063

10. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de fornecedores, nos montantes de R\$ 11.162 e R\$ 2.017, respectivamente, referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros. O prazo médio de pagamento de fornecedores é de 19 dias.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2018	2017
Provisão para férias e encargos	5.431	5.721
Gratificações e PPR	7.144	11.441
Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	9.678	8.827
Outras obrigações sociais e trabalhistas	2.687	2.454
	24.940	28.443

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
PIS e COFINS	2.591	2.215
Imposto de renda e contribuição social	880	3.060
Outros tributos a recolher	1.687	1.487
	5.158	